

ARQUEOLOGIA CLÁSSICA E PATRIMÔNIO NACIONAL

Francisco Marshall¹

RESUMO: *Examinando os conceitos de patrimônio e identidade, este artigo polemiza em torno do papel do legado clássico na formação identitária e na cultura patrimonial brasileiras, bem como acerca das ideologias e atitudes dos estudiosos destas questões.*

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia Clássica - Patrimônio - Identidade*

ABSTRACT: *Looking into the concepts of identity and patrimony, this paper argues on the role of the classical legacy in the formation of the Brazilian identity and in its patrimonial culture, as well as about the attitudes and ideologies of scholars in this field*

KEY-WORDS: *Classical Archaeology – Heritage - Identity*

Ao iniciar a carreira acadêmica em História Antiga, cerca de 17 anos atrás, passei a conhecer, além das obras e idéias extraordinárias produzidas no mundo antigo e sua fecunda reverberação ao longo da história da humanidade, também uma outra face do conhecimento que só a academia e o convívio social podem oferecer, qual seja: uma certa reação de despeito e descaso pela matéria antiga, expressa por colegas e (pasmem-se!) professores, posições que sempre me pareceram provir de profunda indigência intelectual, e que a princípio causavam perplexidade, e logo a seguir piedade e uma conseqüente contrapartida de despeito. Ao longo dos tempos, este teor de admoestações me reapareceu muitas vezes, seja na voz de colegas geniais ou nas questões de jornalistas inspirados, interlocutores que sem o menor temor de ver suas orelhas crescerem e indiferentes ao risco de jamais se reerguerem ao cair de quatro, retomam e ecoam a questão: “História Antiga ... isso é muito bonito, mas afinal, o que tem a ver conosco?” Geralmente, o semblante do interlocutor já revela a resposta previamente intuída: “absolutamente nada, trata-se de passatempo de alienados”.

Aos poucos, formei um diagnóstico desta patologia intelectual: trata-se de um narcisismo pauperizado, espécie de cegueira pragmática e reducionista, que não compreende nem tolera referências culturais que ultrapassem o arco de sua própria sombra. Aqui e agora – eis os critérios, e fora disso, alienação. É bem verdade que

¹ Professor do Depto e PPG História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS) e do PPG - Artes Visuais (IA-UFRGS), Brasil. Coordenador do Núcleo de História Antiga IFCH-UFRGS e do Projeto Apollonia - arqueologia e história da cidade antiga, Brasil. Email: – marshall@ufrgs.br.

versões tacanhas do marxismo, e com elas o peso das ciências sociais sobre o humanismo latino-americano, contribuíram para cristalizar este quadro em largos setores da academia, mas sua causa profunda reside em outros pontos, sendo um dos quais as próprias insuficiências do conhecimento de História Antiga, por muito tempo adquirido acriticamente de outras nações (França, Inglaterra, Alemanha, EUA, Espanha e Portugal), que exportavam, junto com seus livros, mapas e filmes, as ideologias e interesses próprios de suas realidades, deslocadas de nosso cenário. A este vazio de produção científica, somava-se uma compreensível fragilidade da antiguidade na disputa com certos ideais de modernidade, sentida pelos estudos clássicos em todo o mundo a partir das grandes guerras do início do século XX até bem recentemente; no Brasil, este embate é notável particularmente a partir dos anos 30, ao sabor do nacionalismo indigenista e seus conflitos com a mensagem cultural européia. Por fim, contribuíram para a formação deste quadro as insuficiências retóricas dos classicistas, cujas justificativas ou não foram percebidas pela comunidade ou não foram suficientemente persuasivas. Enquanto isso, formavam-se novas hordas e levas de entrevistadores prontos a nos apresentar, a queima roupa, a famosa questão: “História Antiga, mas para que serve isto?”

À margem das repostas efetivas a esta questão, que produzimos lenta e laboriosamente a partir de um continuado esforço de produção científica e de organização institucional no campo dos estudos clássicos (à luz e à sombra da pós-modernidade filoclássica), continuam vicejando muitos cacoetes e miopias históricas que aqui tentarei identificar, mesmo correndo o risco de soar demasiado irônico ou mesmo de forçar um pouco a mão na estereotipia. A análise desta questão, na verdade, repousa sobre o conceito de patrimônio e o alcance de nossa referência identitária, ou seja, a arqueologia de nossa identidade. Neste contexto, dado o aparente absurdo do narcisismo pauperizado, pseudo-nacionalista, talvez algumas explicitações mais fortes ajudem a delinear e esclarecer o quadro.

Em primeiro lugar, o conceito de patrimônio implica uma perspectiva filogenética; com ele, pensamos a ancestralidade, o conjunto de informações que herdamos e que coopera na formação de nossa identidade (incluindo-se os paradigmas de nossa inteligência histórica). Neste caso, se nossos avós nasceram em outras paragens e desejarmos desenhar o quadro de nosso patrimônio, de nossa herança cultural, teremos duas opções: ou vamos sondar estas outras paragens e verificar como se conformavam e como imprimiram sua marca na formação de nossa ancestralidade – sua longa trajetória, ou então, devemos dizer resolutamente: eu não tenho avós nem bisavós. No quadro da formação da identidade nacional brasileira, aqueles que a percebem apenas a partir da invasão portuguesa, ou seja, no quadro da cultura ibérica dos séculos XV e XVI (que se dirá, então, daqueles que não vêm além do século XIX...), devem então bater no peito e dizer: eu não tenho avós, nunca tive, sou filho da terra. Para este tipo de genealogia, de expressão majoritária entre os cronistas da história brasileira, pouco importa a intensa filiação

do homem moderno na tradição clássica, que inclusive designa o tipo cultural do período (renascentista). Afinal, como todos sabemos, Portugal é uma civilização autóctone, que brotou do lodo das margens do Tejo, construiu navios e veio descobrir o Brasil, onde se repetiu a cosmogonia, renovada pelo frescor indígena, e aqui estamos nós, rebentos de uma dupla e misteriosa geração de autóctones.

Caso, entretanto, consigamos focalizar nossa luneta histórica dentro da cavidade craniana dos grandes navegadores, como Vasco da Gama, Cabral e Colombo, e conseguirmos ali visualizar as omnipresentes figuras de Ulisses e de Enéas, de Jasão e de Ptolomeu, de Alexandre e de César, poderemos nos perguntar o que estas figuras estão fazendo ali. Esta visão deixaria claro o diagnóstico de que o imaginário clássico era uma referência primordial e também um tormento na cabeça destes desbravadores, forçando-os a ver na paisagem americana as amazonas, hespérides, braquicéfalos, Caridbis, centauros e outras entidades importadas diretamente do mediterrâneo antigo (Marshall 2004), que vieram formar a toponímia americana e agregar outros valores de continuidade cultural entre o Mediterrâneo e as Américas (Holanda, 2000). O tormento desta memória era tão grande que Camões, o bardo da nova era lusitana, teve que pedir enfaticamente à musa antiga que silenciasse por um momento, pois ele desejava entoar um novo canto. Ainda assim, cantou parafraseando temas e mitos clássicos, entre uma onomástica cristã de estilo protocolar. Este império do imaginário clássico sobre a mente do homem moderno, vivido intensamente nos séculos XV e XVI e magnificamente descrito por Sergio Buarque de Hollanda (2000 [1959]), se estende até a primeira grande guerra, alimentando variados projetos históricos em sucessivos neoclassicismos e revalidando, a cada geração, a potência criadora da inteligência antiga, assim como o espetacular efeito persuasivo de seus produtos culturais².

Voltando à questão sobre patrimônio e identidade, devemos considerar que esta é formada sobre duas bases: a chamada herança cultural, que recebemos sem optar e que entranhamos antes mesmo de poder formular qualquer recusa consciente, e, de outro lado, o conjunto de opções que realizamos, com as quais construímos nossas identidades pessoal e coletiva. Neste ponto, como apontou Moses Finley ao inventariar o legado da Grécia (Finley, 1984), nossa relação com o passado clássico não decorre da mera continuidade genealógica (pois é óbvia não apenas a distância como também a intermitência desta tradição); decorre especialmente de uma opção que os indivíduos e coletividades têm realizado ao longo dos séculos, preferindo encontrar no mundo greco-romano o seu melhor fundamento. Isto nos leva também a retomar a distinção heideggeriana entre origem e fundamento (Heidegger, 1971); por origem, entende-se a causa remota em suas implicações e conseqüências genealógicas, as várias gerações e vinculações históricas que transmitem uma

² Entre as obras referenciais sobre a formação da modernidade a partir da fonte clássica, destacam-se: Parker, 1937; Richards, 1994; Butler, 1958; Dowden, 1994 e a nota 12, *infra*.

mensagem (exemplos: tradições jurídicas, institucionais, corporativas, técnicas, iconográficas); por fundamento, entretanto, indicamos os conceitos e referências com que edificamos nossa própria realidade, assim como aqueles princípios profundos que sempre renovam sua eficiência como base da ação e da criação histórica. O fundamento supõe relevância, inteligência e ação criadora, enquanto a origem supõe continuidade e sucessão histórica.

Neste sentido, o estudo de História Antiga e de Arqueologia Clássica apresenta similaridades com relação à física quântica e à astronomia, pois diz respeito a causalidades profundas, nem sempre perceptíveis a olho nu, inobstante, poderosas e eficientes em aspectos decisivos de nossas vidas. O atomismo e os estudos cosmográficos, na observação e na especulação astronômica, revelam o poder de causalidades profundas, e permitem pensar algumas propriedades do patrimônio cultural antigo. Em primeiro lugar, seu enraizamento profundo e sua caracterização como fenômeno de longa duração. Em segundo lugar, e de modo heisenberguiano, sua propriedade de atuar complementarmente, como origem e/ou como fundamento, conforme o contexto. Alguns exemplos talvez possam esclarecer algo desta metáfora e do poder desta característica. Vamos desconsiderar, por sua obviedade, o fato de que falamos com idioma neo-latino repleto de jargão helênico, em meio a ordens jurídicas de modelagem greco-romana (democracias e repúblicas), e que nos formamos em ofícios criados quase todos nos séculos V e IV a.C. em Atenas (da medicina ao urbanismo, da história à crítica literária, da filosofia à biologia, entre outros); vamos desconsiderar também a matriz formal das artes do Ocidente, e os cânones produzidos em gêneros literários de longa fortuna histórica, que definimos com os nomes gregos de poesia, tragédia, comédia, história, retórica e outros; vamos também descartar, por sua obviedade, a origem das grandes religiões ainda hoje hegemônicas, e que selam uma continuidade histórica direta, da antiguidade às esquinas de nossa cidade, em templos em que se venera o folclore hebraico ou a saga de heróis hindus ou árabes, ou ainda em sociedades em que se invocam poderes iniciáticos de mitos e heróis pagãos muito antigos. Note-se que com este descarte *a priori* já se vai quase tudo o que caracteriza a civilização moderna e contemporânea. Será coisa pouca, neste caso, descartarmos também as invenções produzidas no mundo antigo, cuja gênese, desenvolvimento e conseqüências sociais podemos observar meticulosamente por meio da arqueologia e da história, e cuja presença nos acompanha irrevogavelmente; falo agora de algumas coisas menores, como a roda, a escrita, a cidade, o Estado e a moeda – fundamentos da civilização, cuja gênese e processos podemos estudar e compreender minuciosamente observando a experiência antiga. Ao examinar estes processos e suas conseqüências, é como se a história nos aparecesse como uma grande experiência de laboratório, em que culturas se formam e se desenvolvem, interagem e geram novas formas.

A partir deste descarte provisório, que lança no limbo quase tudo o que nos constitui historicamente, podemos então destacar alguns eventos exemplares da nossa profunda patrimonialidade clássica, situados além dos legados básicos que constituem a civilização, o que faremos apontando três aspectos da cultura contemporânea, plenamente embebidos na cultura antiga e muito significativos na composição de nosso patrimônio e identidade cultural. São eles o messianismo, o mito do herói e o imaginário das cidades.

No caso do messianismo, o legado cultural antigo vem associado a comportamentos e atitudes de fundo religioso, mas desde sempre com amplas conseqüências políticas e culturais. Sua arqueologia contemporânea leva não apenas ao resgate de Canudos – e junto com ele toda a reaparição dramática de convicções escatológicas do judaísmo antigo (brilantemente evidenciadas por Vicente Dobroruka, 1997), mas também às coleções de imagens e símbolos produzidas por marqueteiros políticos, até o âmago de uma das mais bem sucedidas produções culturais recentes, a saga de Neo, herói de *Matrix*, atualização do mito messiânico. Nesta encruzilhada entre religião, política e cultura pop, encontramos com igual potência uma trama urdida desde a mais alta antigüidade, aperfeiçoada em solo grego antigo e perpetuada em uma vasta progênie histórica: o mito do herói. Mais do que a consagração de protagonistas ou a caracterização de personagens poderosos, o tema do mito do herói é um complexo de signos e valores, em que se estruturam arquétipos e modelos incrustados no âmago da cultura, predispondo afetividades, alimentando imaginários, recendendo mitos antigos³. Sua arqueologia supõe pensar não apenas as formas de poder e propaganda, como também a persistência de problemáticas políticas, ligadas à liderança e ao convívio comunitário, às relações indivíduo-destino-coletividade, expressas de variadas formas por meio deste mito do herói⁴.

Ora, este mito do herói nos leva diretamente ao imaginário das cidades e à presença muito significativa desta tradição cultural em cidades como esta Porto Alegre, repleta de informação neoclássica, um tecido de imagens e memórias culturais que informa sobre a identidade e os projetos de nossos conterrâneos de cerca de 100 anos atrás. Nas salas em que lemos ou assistimos a conferências, podemos nos concentrar tranquilos, sem o temor nutrido pelos súditos de Abracurcix (*aqueles* gauleses turrões), pois a cidade nos ensina que Atlas suporta o globo e o firmamento – uma iconografia recorrente nesta metrópole. A Porto Alegre neoclássica é um rico fenômeno de recepção do mito antigo, pois dá testemunho da

³ Cf. Bauzá, 1998; Dundes, 1990; Edmunds, 1990; Hadas e Smith, 1965; Kerényi, 1998; Poucet, 2001 [1994]. <http://www.fusl.ac.be/Files/General/BCS/FE/01/Rois.html>; Raglan, FitzRoy Richard Somerset, Baron. *The hero: a study in tradition, myth, and drama*. London: Methuen & co., 1936.

⁴ Cf. bancos de textos e imagens, bibliografias e ensaios no Projeto *O Mito do Herói e as Figurações do Poder*, em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/mitoheroi/>

formação da cidade, no momento de seu amadurecimento político e econômico, à luz de ícones e concepções resgatadas diretamente das épocas de Péricles e de Cícero. Junto com o busto daquele líder da democracia ateniense, postado entre deidades romanas, em meio às figuras que adornam a frente da antiga prefeitura: no paço solene, os símbolos do lugar, a grande dimensão do lugar, o projeto de inserção histórica daquela comunidade, no momento republicano de refundação da identidade e de florescimento social e econômico da região. Entre os mais recentes ocupantes deste prédio, reverberam ainda, com igual furor mitopoético, novas mitologias antigas, pretensamente restauradoras daquela experiência política antiga, a chamada democracia participativa. As propriedades específicas deste legado neoclássico ainda estão por ser devidamente estudadas, o que ainda não aconteceu devido à insuficiência da formação clássica em nosso meio acadêmico, e também à escassez de estudos patrimoniais por parte de nossos classicistas. Em vista disso, os historiadores da cidade conseguem identificá-la como neoclássica e eventualmente ler algumas alegorias da iconografia urbana, mas raramente percebem qual neoclássico é este, que valores, textos e doutrinas do mundo clássico são resgatados e monumentalizados – a recepção do mundo antigo – visando à consecução de um projeto político marcante – o positivismo de Estado; cabe lembrar que aqueles líderes positivistas (tal como Comte e seus contemporâneos) não podiam olhar-se no espelho sem ver atrás de si a sombra de César, Cícero ou Tito Lívio (Cf. Ames, 2003).

Recuando algo mais no estudo destas relações entre Estado e mito antigo, não poderíamos deixar de acompanhar o olhar do arqueólogo ou do numismata que, deparando-se com qualquer moeda do Brasil imperial, encontre ali uma misteriosa inscrição latina, com que o poder imperial adorava espelhar-se: *in hoc signo vincas* – a famosa sentença da visão de Constantino⁵, expressiva de um projeto de estado conciliando poder imperial e igreja católica (Chauí, 2000), um projeto formulado no mundo antigo, exercitado na longa história do Sacro Império Romano Germânico e retomando com igual convicção no Brasil dos Orleans e Bragança, momento em que se consolida um aspecto até hoje decisivo da identidade nacional brasileira: as relações Igreja-Estado, suas pactuações e compromissos, a relação entre política e religião, praticada com igual desembaraço tanto pelas brigadas de direita ou as de esquerda – se é que ainda cabe tal distinção (cada vez menos).

Com estes pequenos exemplos, quis mostrar não apenas a profunda vinculação histórica da nação brasileira com o mundo antigo, em aspectos que não

⁵ A 12 de outubro de 312 d.C., na batalha da Ponte Milvia, em Roma, lutando contra Magêncio, Constantino teve a visão de um lábaro (faixa) brilhando nos céus, com esta inscrição (*in hoc signo vincas* [grego: *en toutoi nikas*] = com [ou sob, ou dentro deste] sinal [de Cristo], vencerás), sentença emblemática do projeto de síncope Igreja/Estado, doravante praticado no âmbito imperial, com amplos reflexos constitutivos na história política do Ocidente, do Brasil em particular.

apenas nos situam face a um legado que se estima possuir valor universal, mas especialmente face a códigos culturais atuantes com grande poder em nosso meio histórico, cuja conscientização implica muitas vezes na possibilidade de reagirmos emancipatoriamente – exercitando nosso direito de optar pelo patrimônio histórico, e remodelá-lo em nosso projeto identitário. A ausência desta percepção, entretanto, nos coloca na situação de trauma freudiano, em que o recalque da paternidade pode provocar o afloramento posterior de agudas patologias, inclusive do próprio auto-aniquilamento do sujeito, sucumbindo sob a compulsão de fantasmagorias incontroláveis. A conta do narcisismo pode vir por males ainda maiores do que o apequenamento da inteligência e a pauperização da identidade. E sua superação não pode provir de outra fonte, senão de uma arqueologia rigorosa de nosso patrimônio histórico, na percepção informada de nossa identidade profunda, em projetos que nos recomuniquem com as origens e fundamentos do que somos e do que ainda poderemos ser no mundo.

Bibliografia

- AMES, Cecília. Disciplina, racionalidad y militarismo romano – claves para comprender elementos clásicos en la cultura latinoamericana. *Anos 90 – Revista do programa de pós graduação em História IFCH-UFRGS*, v. 17 (História Antiga e Arqueologia – dossiê Projeto Apollonia), julho de 2003. p. 23-34.
- BAUZÁ, Hugo Francisco. *El Mito del Heróe*. Morfologia y Semántica de la Figura Heroica. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- BUTLER, E. M. *The tyranny of Greece over Germany*; a study of the influence exercised by Greek art and poetry over the great German writers of the eighteenth, nineteenth, and twentieth centuries. Boston: Beacon Press, 1958.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil, mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- DOBRORUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro, o beato endiabrado de Canudos*, Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1997.
- DOWDEN, Ken. *Os Usos da Mitologia Grega*. Campinas: Papyrus, 1994.
- DUNDES, Alan. *In quest of the hero*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.
- EDMUNDS, Lowell. *Approaches to Greek Myth*. Baltimore: Johns Hopkins, 1990.
- FINLEY, Moses I. (ed.), *The Legacy of Greece: a new appraisal*. Oxford: Oxford U.P., 1984.
- GREENBLAT, Stephen. *Possessões Maravilhosas*. São Paulo: Edusp, 1999.
- GRUZINSKY, Serge. *La guerra de las Imágenes*. Ciudad de Mexico: FCE, 1994.
- HADAS, Moses e SMITH, Morton. *Heroes and Gods*. London, Routledge, 1965.

- HEIDEGGER, Martin, *Sobre a Essência do Fundamento - a determinação do Ser do Ente segundo Leibniz - Hegel e os Gregos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *A Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 [1959].
- KERÉNYI, Karl. *Os Heróis Gregos*. São Paulo: Cultrix, 1998; Poucet, Jacques. *Les Rois de Rome. Autopsie d'un récit historico-légendaire*. *Folia Electronica Classica*, n. 1, juin 2001 [1994].
<http://www.fusl.ac.be/Files/General/BCS/FE/01/Rois.html>; Raglan, FitzRoy Richard Somerset, Baron. *The hero: a study in tradition, myth, and drama*. London: Methuen & co., 1936.
- MARSHALL, Francisco, *Mediterranean reception in the Americas*, In: HARRIS, William V. (ed.), *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MIX, Miguel Rojas. *América Imaginária*. Barcelona: Lumen, 1992.
- PARKER, Harold Talbot, *The cult of antiquity and the French revolutionaries*. Chicago: Chicago U.P., 1937;
- RICHARDS, Carl J., *The Founders and the classics – Greece, Rome and the American enlightenment*, Cambridge: Harvard U.P., 1994;

Recebido em: 20/06/2005
Aprovado em: 23/08/2005
Publicado em: 10/10/2005